PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

PROFESSOR: HERALDO FELIPE DE FARIA

SEMESTRE: 2025/2

EMENTA:
Estudo introdutório ao processo civil brasileiro. Análise dos princípios fundamentais, da estrutura do processo e das partes. Compreensão do funcionamento do sistema jurisdicional e da relação processual. Fontes e princípios do processo civil: Constituição e CPC/2015; Princípios da cooperação, contraditório, duração razoável do processo, boa-fé e efetividade. Sujeitos do processo: Juiz; Partes; Procuradores; Ministério Público; Terceiros intervenientes. Capacidade processual e representação: Capacidade postulatória; Curador especial; Litisconsórcio. Atos processuais: Espécies, requisitos, forma, tempo e lugar; Nulidades. Prazos processuais: Contagem, suspensão, interrupção e preclusão. Tutelas provisórias: Urgência e evidência; Procedimentos e efeitos. Modalidades de jurisdição: Contenciosa e voluntária. Formação, suspensão e extinção do processo.

OBJETIVO:
Introduzir os fundamentos do processo civil, estudando seus princípios, estrutura, jurisdição, competência, sujeitos processuais e os atos processuais, em conformidade com o Código de Processo Civil e os princípios constitucionais do processo.

JUSTIFICATIVA:
O processo civil tem um objetivo instrumental, buscando a efetividade das leis materiais. Designa o meio legal para acesso das partes aos tribunais comuns, em um determinado litígio de ordem privada e, também guia a tramitação do acesso a jurisdição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1° Bimestre:

V NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL
V.2. Constitucionalização do Processo Civil
V.3. Modelo cooperativo de Processo
V.4. Normas fundamentais do Processo
V.5. Normas fundamentais em espécie
VI COMPETÊNCIA
VI.2.Organização judiciária
VI.3.Cooperação internacional
VI.4. Critérios de determinação de Competência

VI.4.1. Critério Objetivo
VI.4.2. Critério Territorial
II.3.1.Critério Funcional
II.3.2.VI.5.Competência absoluta e relativa
VI.6.Modificação de Competência
VI.6.1. Conexão e Continência
VI.6.2. Foro de eleição
VI.7.Declaração de Incompetência
VI.8.Cooperação Nacional

VII PARTES E PROCURADORES
VII.2. Conceito de Partes
VII.3. Capacidade de ser parte e capacidade processual
VII.4. Incapazes e capacidade processual
VII.5. Pessoas Jurídicas e entes despersonalizados
VII.6. Procuradores e capacidade postulatória *(jus postulandi)*
VII.7. Sucessão das partes e dos procuradores

VIII DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES
VIII.2. Deveres das partes e de seus procuradores
VIII.2.1. Especificação dos deveres
VIII.2.2. Atos atentatórios à dignidade da justiça, advertência e aplicação de multa
VIII.2.3. Impossibilidade de cumprimento, pelo representante judicial, da obrigação imposta por decisão judicial
VIII.2.4. Vedação ao emprego de expressões ofensivas
VIII.3. Responsabilidade das partes por dano processual
VIII.3.1. Litigância de má-fé
VIII.3.2. Multa
VIII.3.3. Indenização

IX DESPESAS, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E MULTAS
IX.2. Despesas processuais
IX.2.1. Definição
II.1.Dispensa de Pagamento
IX.2.2. Suspensão de exigibilidade
IX.2.3. Responsabilidade pelo adiantamento
IX.2.4. Responsabilidade pelo pagamento
IX.2.5. Despesas relativas à realização de prova pericial
IX.2.6. *Cautio pro expensis*
IX.2.7. Despesas relacionadas ao adiantamento ou à repetição de atos
IX.2.8. Sentença sem resolução do mérito e propositura de nova ação
IX.3.Honorários advocatícios
IX.3.1. Definição
IX.3.2. Condenação do vencido ao pagamento de honorários advocatícios
IX.3.3. Critérios de aferição e limites de fixação
IX.3.4. Limites de fixação contra a Fazenda Pública

vocatícios e carga eficacial do ato decisório definitivo

IX.3.5. Limites de fixação contra a Fazenda Pública

IX.3.6. Honorários advocatícios e carga eficacial do ato decisório definitivo

IX.3.6. Causas de inestimável ou irrisório proveito econômico

IX.3.7. Ação de indenização por ato ilícito contra pessoa

IX.3.8. Perda de objeto

IX.3.9. Honorários de sucumbência recursal

IX.3.10. Embargos à execução rejeitados ou julgados improcedentes

IX.3.11. Titularidade dos honorários de sucumbência

IX.3.12. Natureza e privilégios dos honorários de sucumbência

IX.3.13. Impossibilidade de compensação de honorários de sucumbência

IX.3.14. Pagamento efetuado em favor da sociedade de advogados

IX.3.15. Juros moratórios

IX.3.16. Atuação de advogado em causa própria

IX.3.17. Omissão do ato decisório definitivo em relação à condenação

IX.3.18. Pagamento de honorários de sucumbência aos advogados públicos

IX.4. Disposições comuns entre despesas processuais e honorários advocatícios

IX.4.1. Sucumbência recíproca

IX.4.2. Cumulação subjetiva de ações

IX.4.3. Procedimento de jurisdição voluntária

IX.4.4. Desistência, renúncia e reconhecimento do pedido

IX.4.5. Transação

IX.5.Multas

IX.5.1. Definições

IX.5.2. Destinação

IX.5.3. Fundo de Modernização do Poder Judiciário

X GRATUIDADE DA JUSTIÇA

X.2.Objeto

X.2.1. Concessão parcial do benefício e parcelamento de valores

X.2.2. Não alcance das multas processuais

X.3.Requisitos

X.4.Concessão, denegação, impugnação e revogação

X.5.Pagamento de despesas processuais e dos honorários advocatícios pelo beneficiário

XI LITISCONSÓRCIO

XI.2. Conceito

XI.3.Justificativa

XI.4.Classificação

XI.4.1. Ativo, passivo e misto

XI.4.2. Inicial e ulterior

XI.4.3. Facultativo e necessário

XI.4.4. Unitário e simples

XI.5.Hipóteses de formação de litisconsórcio

XI.6.Limitação do litisconsórcio facultativo

XI.7.Tratamento dos litisconsortes

XI.8. Algumas repercussões processuais da formação litisconsorcial
XI.8.1. Convocação do litisconsórcio ativo unitário e opção
XI.8.2. Integração do litisconsórcio unitário a partir da fase instrutória
XI.8.3. Prazo para os litisconsortes
XI.8.4. Andamento do processo e intimação dos atos processuais
XI.8.5. Proferimento de sentença definitiva sem integração do contraditório
VII.8.6. Despesas processuais
VIII. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS
VIII.1. Conceitos e especificidades
VIII.2. Natureza jurídica
VIII.3. Modalidades
VIII.4. Classificação
VIII.5. Cabimento
VIII.6. Restrições
VIII.7. Intervenções de terceiros em espécie
VIII.7.1. Assistência
VIII.7.1.1. Interesse Legitimador
VIII.7.1.2. Cabimento
VIII.7.1.3. Espécies
VIII.7.1.4. Procedimento
VIII.7.1.5. Regime Jurídico
VIII.7.2. Denunciação a Lide
VIII.7.2.1. Conceito e especificidades
VIII.7.2.2. Hipóteses de cabimento
VIII.7.2.3. Facultatividade
VIII.7.2.4. Denunciação sucessiva, per saltum e coletiva
VIII.7.2.5. Procedimento
VIII.7.3. Chamamento ao processo
VIII.7.3.1. Hipóteses de cabimento
VIII.7.3.2. Procedimento
VIII.7.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica
VIII.7.4.1. Aspectos materiais
VIII.7.4.2. Desconsideração da personalidade jurídica inversa
VIII.7.4.3. Aspectos procedimentais
VIII.7.5. Amicus curiae
VIII.7.5.1. Considerações iniciais
VIII.7.5.2. Natureza jurídica
VIII.7.5.3. Amicus curiae público e privado
VIII.7.5.4. Cabimento
VIII.7.5.5. Amicus curiae voluntário e provocado
VIII.7.5.6. Requisitos
VIII.7.5.7. Decisão de admissibilidade irrecorrível
VIII.7.5.8. Poderes
VIII.7.5.9. Argumentos
IX. AUXILIARES DA JUSTIÇA
X. IX.1Juiz

IX.2. Auxiliares da Justiça
IX.2.1. Auxiliares permanentes
IX.2.2. Auxiliares eventuais
IX.2.3. Mediador e conciliador
X. IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO
X.2. Hipóteses de impedimento
X.3. Hipóteses de suspeição
X.4. Arguição de Impedimento ou de suspeição

2º Bimestre

XI. MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA PÚBLICA E DEFENSORIA PÚBLICA
Disposições Comuns
XI.1.1. Benefício do prazo em dobro
XI.1.2. Intimação pessoal
XI.1.3. Responsabilidade Civil
XI.2. Ministério Público
XI.2.1. Princípios
XI.2.2. Garantias
XI.2.3. Vedações
XI.2.4. O Ministério Público no Processo Civil
XI.2.5. Órgão Interveniente
XI.3. Advocacia Pública
XI.4. Defensoria Pública
XI.4.1. Representação da parte pela Defensoria Pública
XI.4.2. Defesa dos Interesses Coletivos
XII. ATOS PROCESSUAIS
XII.2. Forma
XII.2.1. Instrumentalidade das formas
XII.2.2. Uso da língua portuguesa
XII.3. Publicidade dos atos processuais
XII.4. Atos em geral
XII.5. Tempo e lugar dos atos processuais
XII.6. Negócios jurídicos processuais
XII.7. Calendarização processual
XII.8. Pratica eletrônica de atos processuais
XIII. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS
XIII.1. Pressupostos de existência
XIII.2. Pressupostos processuais de validade
XIII.3. Pressupostos processuais extrínsecos negativos
XIII.4. Pressuposto processual intrínseco
XIII.5. Reconhecimento de ofício
XIII.6. Sistema de invalidades e os pressupostos processuais
XIV.COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS
XIV.2. Citações
XIV.2.1. Comunicação da decisão ao réu não citado
XIV.2.2. Comparecimento espontâneo do réu

XIV.2.3. Destinatários da citação
XIV.2.4. Casos especiais
XIV.2.5. Impedimentos legais
XIV.2.6. Caráter itinerante
XIV.2.7. Citação do militar
XIV.2.8. Tempo e lugar
XIV.2.9. Efeitos
XIV.2.10. Modalidades e classificações
XIV.1.10.1. Pelos correios
XIV.1.10.2. Pelo oficial de justiça
XIV.1.10.3. Por hora certa
XIV.1.10.4. Por edital
XIV.1.10.5. Pelo escrivão ou chefe de secretaria
XIV.1.10.6. Por meio eletrônico
XIV.3. Intimações Modalidades
XIV.2.1.1. Por meio eletrônico
XIV.2.1.2. Pela publicação no Diário da Justiça
XIV.2.1.3. Pelo correio
XIV.2.1.4. Por Oficial de Justiça
XIV.2.2. Casos especiais
XIV.3. Cartas
XIV.3.1. Modalidades
XIV.3.2. Requisitos
XV. INVALIDADES PROCESSUAIS
XV.2. Defeito e invalidade
XV.3. Prejuízo e invalidade
XV.4. Nulidades processuais absolutas e relativas
XV.5. Interdependência dos atos processuais
XV.6. Boa-fé processual e vedação do *venire contra factum proprium*
XV.7. Nulidade decorrente da falta de intimação do Ministério Público
XV.8. Convalidação do ato
XVI.DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO
XVII. VALOR DA CAUSA
XVII.2. Critérios para fixação do valor da causa
XVII.3. Correção e impugnação
XVII.4. TUTELA PROVISÓRIA
XVIII.1. Teoria geral da tutela provisória
XVIII.1.1. Espécies
XVIII.1.2. Precariedade
XVIII.1.3. Efetivação
XVIII.1.4. Fundamentação da decisão
XVIII.1.5. Competência
XVIII.1.6. Iniciativa
XVIII.2. Teoria geral da tutela de urgência
XVIII.2.1. Unificação dos pressupostos

XVIII.2.2. Atos relativos à tutela de urgência
XVIII.2.3. Momentos para requerimento
XVIII.2.4. Momento para concessão
XVIII.2.5. Caução
XVIII.2.6. Fungibilidade
XVIII.2.7. Responsabilidade objetiva
XVIII.3. Tutela provisória de urgência satisfativa
XVIII.3.1. Reversibilidade
XVIII.4. Tutela provisória de urgência cautelar
XVIII.4.1. Poder geral de cautela
XVIII.5. Teoria geral das tutelas de urgência antecedentes
XVIII.5.1. Procedimento da tutela satisfativa antecedente
XVIII.5.1.1. Petição Inicial
XVIII.5.1.2. Momento de estabilização
XVIII.5.1.3. Ação de revisão da estabilização
XVIII.5.1.4. Efeitos da Estabilização qualificada, absoluta ou forte
XVIII.5.1.5. Procedimento de tutela de urgência cautelar antecedente
XVIII.5.1.6. Petição Inicial
XVIII.5.1.7. Resposta XVIII.5.2.3.
XVIII.5.1.8. Pedido Principal
XVIII.5.2.4. Cessação da eficácia
XVIII.5.2.5. Vedação à rediscussão
XVIII.5.2.6. Independência entre as tutelas
XVIII.6. Tutela de evidência
XVIII.6.1.Requisitos para concessão
XVIII.6.2.Hipóteses de cabimento
XVIII.6.3.Concessão liminar
XIX. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO
XIX.1.1. Formação do processo
XIX.1.2. Suspenção do processo
XIX.1.3. Extinção do processo

PROPOSTA METODOLÓGICA:

- prescrever um conjunto de técnicas de aprendizagem a serem aplicadas de maneira sistemática para se atingir os resultados esperados nesse processo.
- determinar os caminhos a serem percorridos na aprendizagem de competências e habilidades voltadas à eficiência de um trabalho.
- a constituição de um espaço de interação e reflexão na elaboração e aprofundamento de conhecimentos, em um permanente movimento que se volta a práticas educativas.
- estabelecer um conjunto de abordagens para um ensino que especifique, com precisão, os produtos esperados.
- definir, no início do processo de aprendizagem, os conteúdos curriculares que deverão ser desenvolvidos para se alcançar um determinado resultado.

Recursos Didáticos e Tecnológicos

Plataforma virtual, Zoom, com envio de material de apoio.

Proposta de Avaliação do Processo de ensino e Aprendizagem:
Do Ensino

- Pela observação do grau de interesse dos alunos no aprendizado;
- Pela capacidade de articulação entre a teoria e a prática dos procedimentos propostos; • Pelo acompanhamento nas resoluções dos exercícios e nas atividades propostas;
- Pela avaliação do docente.

Da aprendizagem

Atividade I: Aplicação de prova individual (equivalente a 100% da nota);

Atividade II: Avaliação formativa: Através da aplicação de exercícios, estudos de casos, testes individuais e/ou em grupos (equivalente a 100 % da nota)

Atividade III: Prova Individual, (equivalente a 100% da nota)

Observação: Média Final: média aritmética da Atividade I + Atividade II + Atividade III

Bibliografia Básica

ALVES, Maíra Feltrin. **Direito processual civil**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203729. Acesso em: 08 julh. 2025.

BARONOVSKY, Ricardo. **Direito processual civil**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209323. Acesso em: 08 julh. 2025.

JAYME, Fernando Gonzaga. **Manual de direito processual civil**. 1. ed. *[S.l.]*: Del Rey, 2023. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211545. Acesso em: 08 julh. 2025.

Bibliografia Complementar

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira; MELLO, Cleyson de Moraes. **Código de Processo Civil Comentado**: Lei nº 13.105/2015 - Atualizada pela Lei nº 15.109/2025. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 08 julh. 2025.

MELO, Nehemias Domingos de. **Lições de processo civil**: teoria geral do processo e procedimento comum. 3. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2022. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211391. Acesso em: 08 julh. 2025.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Processo Civil:** cumprimento da senteça execução**.** 4. ed. *[S.l.]*: Processo, 2025. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/221979. Acesso em: 08 julh. 2025.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Processo civil**: teoria geral do processo. 3. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2024. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213526. Acesso em: 08 julh. 2025.

SILVA, Rodrigo Otávio Monteiro da. **Teoria geral do processo**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197775. Acesso em: 08 julh. 2025.

ASSINATURA DO PROFESSOR:

ASSINATURA DO COORDENADOR: